

**Texto integral da intervenção do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas, Rodrigo Oliveira, proferida em Ponta Delgada, na conferência de imprensa sobre o contributo do Governo dos Açores para a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a União Europeia e os Estados Unidos da América**

**21.03.2014**

“Como é do conhecimento público, estão em curso negociações entre a União Europeia e os Estados Unidos da América com vista ao estabelecimento de uma Parceria de Comércio e Investimento, matéria que o Governo dos Açores reputa de grande importância, nomeadamente pelas implicações e oportunidades económicas que poderá representar para a Região.

Estas negociações têm como objetivo, entre outras áreas, a supressão de obstáculos comerciais – como tarifas aduaneiras, regulamentações administrativas ou restrições, diretas ou indiretas, ao investimento - numa vasta gama de domínios, por forma a facilitar a transação de bens e serviços entre a UE e os EUA.

Neste contexto, face à relevância que esta matéria assume para a Região, o Governo dos Açores tem desenvolvido um acompanhamento próximo, em articulação com o Governo da República, das negociações em curso, num trabalho pró-ativo de defesa dos interesses da Região.

Assim, no seguimento desse trabalho, o Governo dos Açores enviou já ao Ministério dos Negócios Estrangeiros o seu parecer, identificando os interesses específicos que a Região pretende que fiquem salvaguardados nas prioridades nacionais do quadro global da negociação.

Em primeiro lugar, o Governo dos Açores defende o estabelecimento de um acordo de larga abrangência que facilite e intensifique as trocas comerciais e de serviços entre a-Europa e a América e, em particular, entre Portugal e os Estados Unidos.

A economia transatlântica representa quase 50% do PIB global e a relação comercial UE-EUA é a maior do mundo, com uma transação diária de bens e serviços no valor de 2 mil milhões de euros.

Todavia, apesar do potencial dos nossos produtos, no caso dos Açores, devido também às significativas barreiras alfandegárias e entraves administrativos existentes, mantemos uma balança comercial deficitária, pese embora o valor de exportações regionais represente já (valores de 2011) cerca de quatro milhões de euros.

Atualmente, as exportações dos Açores para os Estados Unidos são constituídas por um considerável e diversificado número de produtos, sobretudo dos setores agroalimentar, da pesca e das bebidas, mas que se dirigem essencialmente à satisfação da procura por parte das comunidades açorianas residentes naquele país.

O Governo entende, pois, que existe uma margem de progresso bastante significativa nesta matéria e que apenas a negociação de um acordo que reduza significativamente as barreiras existentes poderá fazer cumprir o potencial de crescimento económico que o ambicionado incremento das trocas comerciais, também entre os Açores e os EUA, poderá representar para o mercado regional, para os seus produtores e para a criação de emprego.

Nesse quadro, é fundamental que o Estado Português e a Comissão Europeia – enquanto negociadora do Acordo - considerem e pugnem pelo papel estratégico que os Açores assumem no Atlântico Norte e que poderão reforçar, por via do aumento das trocas comerciais e prestação de serviços, ao abrigo desta parceria.

Assim e de forma mais específica, o Governo dos Açores defende uma atenção particular nas negociações em curso, desde logo, para o setor da agricultura, pugnando pela valorização da qualidade dos laticínios, dos produtos agrícolas e seus derivados e do

vinho, nomeadamente, através da defesa da produção regional com Denominação de Origem Protegida (DOP), Denominação de Origem Controlada (DOC) e Indicação Geográfica Protegida (IGP), salvaguardando assim a utilização das menções tradicionais regionais e garantindo a autenticidade dos produtos açorianos exportados.

Por outro lado, tanto na agricultura como nas pescas, defendemos a abolição ou significativa redução das tarifas aduaneiras, mas igualmente de barreiras não tarifárias, como quotas de importação e outros constrangimentos administrativos e regulamentares protecionistas do acesso ao mercado norte-americano pelos produtos regionais.

A redução deste tipo de barreiras será certamente favorável à exportação regional dos setores agrícola, da pesca e da agro-indústria e permitirá, não só assegurar a manutenção da ligação já existente com a diáspora, mas também potenciar a captação de novos nichos no mercado norte-americano.

Não obstante se reconhecerem todas as vantagens que decorrem desta Parceria, o Governo dos Açores não deixará de expressar a sua preocupação e a necessidade de se acautelarem setores considerados sensíveis, quer pela aplicação nos EUA de normas de bem-estar animal e de requisitos ambientais menos exigentes do que na UE, quer pela existência de economias de escala muito elevadas nos EUA.

O Governo dos Açores estará ainda particularmente atento a eventuais sinais de abertura, no contexto negocial, a Organismos Geneticamente Modificados e continuará a pugnar pela manutenção da RAA enquanto região livre de OGM.

No domínio dos transportes aéreos, por outro lado, entende-se por fundamental que os EUA considerem flexibilizar as suas políticas, assegurando um acesso alargado ao mercado que garanta a viabilidade da promoção e o reforço das ligações e dos fluxos turísticos entre a Região e os EUA, mercado que tem hoje um papel importante quer para a nossa Diáspora, quer para a diversificação da tipologia de turistas que nos visitam.

De modo análogo, no que se refere aos serviços de transporte marítimo e de cabotagem, preconiza-se uma liberalização da relação entre os dois pontos do Atlântico, a qual poderá claramente alavancar a cabotagem insular por via do impulso das exportações.

Neste contexto, a dimensão e o previsível impacto desta parceria sobre os fluxos comerciais mundiais terão de estar associados à mais-valia que representa a localização privilegiada do arquipélago, encontrando aqui enquadramento a possibilidade de prestação de serviços, de qualidade e de interesse mútuo, associados à entrada e à saída de mercadorias no espaço europeu e que poderão conferir uma nova centralidade aos Açores na interligação entre as duas margens do Atlântico e, mesmo, com o Atlântico Sul.

O Governo dos Açores pretende ainda complementar a tomada de posição junto do Governo da República com um acompanhamento específico deste tema com os parceiros sociais regionais, por forma a aprofundar, também em função da evolução das próprias negociações, as posições expressas pela Região, num processo que terá o seu início brevemente.

Em suma, entendemos ser inquestionável o papel que esta Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento pode ter para o incremento das trocas comerciais e para o reforço das relações políticas e institucionais entre a Região Autónoma dos Açores e os Estados Unidos da América.

O Governo dos Açores encara, por isso, esta futura Parceria como uma real oportunidade para os nossos empresários e para a Região, que têm aqui uma conjuntura favorável para aliar às relações históricas, culturais e institucionais com os EUA o reforço efetivo e crescente da componente comercial e de serviços.

Acreditamos assim que, em conjunto com os nossos parceiros sociais na Região, podemos continuar a trabalhar afincadamente neste processo para que seja possível que esta Parceria Transatlântica seja um instrumento aos dispor dos Açores, potenciando as nossas exportações e invertendo a nossa balança comercial, ainda deficitária em relação aos Estados Unidos”.

